

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ÁLVARO BATISTA DE ARAÚJO

**“PIRATARIA” E AS FORMAS DE COMBATE A ESSA PRÁTICA: Uma Análise À
Luz do Filme “The playlist”**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2024

ÁLVARO BATISTA DE ARAÚJO

“PIRATARIA” E AS FORMAS DE COMBATE A ESSA PRÁTICA: uma análise à luz do filme “The playlist”

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Esp. Alyne Leite de Oliveira

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2024

ÁLVARO BATISTA DE ARAÚJO

**“PIRATARIA” E AS FORMAS DE COMBATE A ESSA PRÁTICA: uma análise à luz
do filme “The playlist”**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do
Trabalho de Conclusão de Curso de ÁLVARO BATISTA
DE ARAÚJO

Data da Apresentação 11/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Esp. Alyne Leite de Oliveira

Membro: Ma. Tamirys Madeira de Brito/UniLeão

Membro: Me. Francisco Thiago da Silva Mendes/UniLeão

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2024

“PIRATARIA” E AS FORMAS DE COMBATE A ESSA PRÁTICA: Uma Análise À Luz do Filme “The playlist”

Alvaro Batista de Araújo¹
Alyne Leite de Oliveira²

RESUMO

Este artigo tem por principal objetivo, analisar, a partir de uma análise fílmica, os desafios enfrentados pela indústria musical para o combate à pirataria. Para o alcance desse objetivo se fez necessário: Apresentar uma abordagem histórica e conceitual acerca da pirataria; traçar um panorama sobre o consumo de produtos de origem “pirata” e as formas de combate a essa prática, bem como verificar que mecanismos jurídicos vêm sendo aplicados no combate à mesma. O método Análise Fílmica possibilita o estabelecimento de conexões entre os diferentes elementos, identificando padrões, repetições e contradições, bem como favorece a construção de interpretações sobre os significados do filme, considerando o contexto histórico, social e cultural da produção. Os resultados apontam que ao oferecer um serviço legal, com um catálogo vasto e uma experiência de usuário superior, essas plataformas conseguiram atrair os usuários que antes recorriam à pirataria, contribuindo para a transformação da indústria musical. Porém, apesar dos esforços para combater essa prática, diversas lacunas e desafios persistem nas leis antipirataria, tanto no Brasil quanto em outros países, visto que a tecnologia avança rapidamente, criando novas formas de pirataria que as leis existentes nem sempre conseguem acompanhar.

Palavras Chave: Pirataria; Mecanismos legais; Indústria musical; Análise Fílmica.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário de inflação crescente, muitos indivíduos são impedidos de consumir produtos culturais legítimos, como filmes, séries, jogos e música. Essa impossibilidade de acesso a bens que se tornaram cada vez mais caros leva parte da população a buscar alternativas ilegais, como a pirataria. A prática, popularizada no início dos anos 2000 com a venda de DVDs piratas, persiste como uma resposta a um problema estrutural de distribuição de renda.

A pirataria, no entanto, vai além da mera busca por bens a preços mais acessíveis. Ela também serve como um mecanismo de inclusão social. A pressão por aceitação em grupos de amigos e a necessidade de se sentir parte de um determinado círculo podem levar indivíduos a adquirir produtos falsificados, mesmo que estes sejam de baixa qualidade e possam

¹ Álvaro Batista de Araújo Graduando do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão
alvarobatista0729@outlook.com

² Professora Orientadora do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão, mestranda em Direito das Empresas e dos Negócios_alyneoliveira@leaosampaio.edu.br

representar riscos. A busca pela aprovação social, muitas vezes, supera a preocupação com a durabilidade e a segurança do produto.

O Brasil tem empreendido esforços para combater a pirataria, como a Lei nº 10.695/2003 e campanhas publicitárias. Por outro lado, a evolução tecnológica, com o surgimento dos serviços de streaming, parecia ter dado um fim na pirataria de filmes. No entanto, a pirataria é um fenômeno adaptável. Com o aumento do comércio eletrônico e a popularidade de plataformas, novas formas de pirataria emergiram. A venda de produtos paralelos, muitas vezes falsificados, tornou-se um problema crescente, demonstrando que a luta contra a pirataria é um desafio constante, que exige a adaptação das estratégias de combate.

Considerando os aspectos citados, se faz relevante discutir quais os desafios que a indústria musical tem utilizado para combater o consumo de produtos frutos de pirataria? Desse modo, este artigo tem por principal objetivo, analisar, a partir de uma análise fílmica, os desafios enfrentados pela indústria musical para o combate à pirataria. Para o alcance desse objetivo se fez necessário: Apresentar uma abordagem histórica e conceitual acerca da pirataria; traçar um panorama sobre o consumo de produtos de origem “pirata” e as formas de combate a essa prática, bem como verificar que mecanismos jurídicos vem sendo aplicados no combate à mesma.

A indústria musical, historicamente marcada por transformações, vivencia atualmente um dos seus períodos mais desafiadores. A ascensão das plataformas digitais, aliada à facilidade de compartilhamento de arquivos pela internet, impulsionou a pirataria musical a níveis nunca antes vistos. A série "The Playlist", ao retratar a trajetória do Spotify, oferece um rico panorama desse contexto, permitindo uma análise aprofundada dos desafios enfrentados pela indústria para combater esse fenômeno.

Uma análise fílmica da série possibilita desvelar as complexidades da luta contra a pirataria, indo além de dados estatísticos e análises econômicas. Ao analisar as narrativas, os personagens e as escolhas narrativas da série, é possível identificar as estratégias utilizadas pela indústria para proteger seus direitos autorais, as reações dos artistas e consumidores, e as implicações sociais e culturais dessa prática. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para um melhor entendimento dos desafios enfrentados pela indústria musical, oferecendo insights relevantes para futuras discussões sobre políticas públicas, modelos de negócio e a proteção da propriedade intelectual na era digital.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por ser de natureza básica, pois visa aprofundar a compreensão de fenômenos e teorias, contribuindo para o avanço da ciência (Gil, 2010); abordagem qualitativa, que para Godoy (2003), é uma forma de investigar a realidade social que busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e ações. Ela se diferencia da abordagem quantitativa por priorizar a profundidade da análise sobre a generalização dos resultados.

Com objetivo descritivo que, em uma pesquisa, tem como principal finalidade caracterizar, detalhar e apresentar um fenômeno, situação ou grupo de forma clara e precisa. Por fim, o procedimento se deu por meio da Análise Fílmica (Penafria, 2009), onde a autora destaca que a análise não se limita à descrição dos elementos isolados, mas busca compreender como esses elementos se articulam entre si, criando significados e efeitos específicos.

Penafria (2009) enfatiza a importância de considerar múltiplas perspectivas na análise de um filme, incluindo a análise formal (linguagem cinematográfica), a análise temática (significados e mensagens) e a análise contextual (relação do filme com seu contexto histórico, social e cultural). Ela considera ainda que esta análise não é apenas uma atividade de decodificação, mas também um processo criativo, no qual o analista constrói suas próprias interpretações e significados a partir da obra.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 A origem da pirataria

A ascensão do CD na década de 1980 impulsionou a pirataria no Brasil, gerando uma crise na indústria musical. A proliferação de barracas com CDs piratas, embora tenha beneficiado alguns artistas em termos de exposição, causou prejuízos financeiros significativos para a indústria fonográfica. A pirataria, ao democratizar o acesso à música, também gerou problemas como a sonegação de impostos e a perda de direitos autorais (Pase, 2013).

Um outro aspecto é o mercado de videogames que, apesar de ser uma paixão nacional, sempre foi marcado por altos preços, dificultando o acesso de grande parte da população. Essa

realidade, nos anos 80, impulsionou a produção de consoles clones, como o NES, que ofereciam uma alternativa mais barata. A pirataria de games, nesse contexto, não era apenas uma prática ilegal, mas também uma resposta à demanda por entretenimento acessível. Essa cultura de consumo de produtos piratas, enraizada em aspectos socioeconômicos, moldou o perfil do jogador brasileiro (Pase, 2013).

A pirataria de videogames no Brasil é um fenômeno complexo que se entrelaça com a história do país. A partir da introdução de plataformas como o Atari, a alta dos preços e a produção de clones tornaram a pirataria uma prática comum. Essa busca por acesso a jogos, muitas vezes, financeiramente inviáveis, moldou a identidade do consumidor brasileiro, que se tornou mais informado sobre os produtos do que os próprios vendedores. Essa realidade, descrita por Pase (2013), reflete uma busca por inclusão digital em um contexto marcado por desigualdades.

Além dos fatores econômicos, a cultura do "faça você mesmo" e a busca por personalização dos jogos contribuem para a proliferação de versões modificadas. Embora o governo tenha tomado medidas para combater a pirataria, como a inclusão dos videogames na Lei Rouanet, a luta contra essa prática exige um entendimento profundo das dinâmicas de mercado e das demandas dos consumidores. A história do Campeonato Brasileiro no jogo Pro Evolution Soccer ilustra como a pirataria pode, em alguns casos, impulsionar a produção oficial (Pase, 2013).

Porém, foi na década de 1990 que se testemunhou uma explosão da pirataria digital com o advento da internet. Programas como o Napster permitiram que milhões de pessoas compartilhassem arquivos de música gratuitamente, alterando profundamente a forma como a sociedade consumia música. Essa prática, embora popular, gerou prejuízos significativos para a indústria fonográfica e levou a diversas batalhas legais (Pase, 2013).

O The Pirate Bay, lançado em 2003, consolidou a pirataria digital como um fenômeno global. Sucesso do Napster, o site oferecia um catálogo imenso e diversificado de arquivos, sem qualquer tipo de filtro. Essa liberdade de acesso, embora popular, gerou diversas controvérsias e levou a diversas tentativas de bloqueio por parte das autoridades. Apesar disso, o Pirate Bay demonstrou uma resiliência impressionante, ressurgindo em novos domínios e consolidando sua posição como um dos principais portais de pirataria da internet (Pase, 2013).

A pirataria digital, impulsionada por plataformas como o Napster e o Pirate Bay, transformou profundamente o consumo de mídia no Brasil. A venda de DVDs piratas, muitas vezes em locais públicos e de forma ostensiva, tornou-se parte do cotidiano de muitas cidades.

Essa prática, além de gerar prejuízos econômicos, criou uma cultura de acesso gratuito a conteúdos, tornando o combate à pirataria um desafio complexo e persistente.

Apesar da popularidade dos serviços de streaming musical, que oferecem diversas vantagens, a pirataria persiste. Motivados por fatores como economia, facilidade de acesso e como forma de protesto, muitos usuários ainda recorrem a práticas ilegais para consumir música (Cesar, 2013; Cardoso, 2016).

2.2.2 Tipos de pirataria

Depizzolatti (2009) divide a pirataria em três tipos distintos: a pirataria clássica, caracterizada por atos de violência em alto-mar e roubo de embarcações; a pirataria contemporânea, que engloba a produção e comercialização ilegal de produtos falsificados, como roupas, eletrônicos e medicamentos; e a pirataria virtual, focada na cópia e distribuição não autorizada de conteúdos digitais, como músicas, filmes, softwares e e-books. Ele ainda cita que a pirataria abrange todos os tipos de produtos, de cigarros falsificados, mídias como CDs e DVDs, bolsas e até mesmo de agrotóxicos, apresentando um enorme risco à saúde dos consumidores.

O EUIPO (2019) apresenta uma classificação abrangente da pirataria online, destacando quatro métodos principais: (i) streaming ilegal, que consiste na transmissão não autorizada de conteúdo; (ii) download direto de arquivos protegidos por direitos autorais; (iii) extração de conteúdo de plataformas de streaming, popularmente conhecido como 'stream ripping'; e (iv) o compartilhamento via torrent, que utiliza arquivos seed ou links magnéticos para facilitar o download.

A pirataria não é apenas um crime, mas também uma espécie de competição entre hackers. Muitos crackers são motivados pelo desafio de encontrar vulnerabilidades em sistemas de segurança e pelo desejo de serem os primeiros a 'quebrar' um novo software. A Polícia Federal alerta que os crimes cibernéticos, incluindo a pirataria, estão se tornando cada vez mais comuns e devem representar a maior parte dos crimes investigados no futuro (Depizzolatti, 2009).

A pirataria no Brasil é fruto de um contexto social e econômico complexo. A desigualdade social, que torna produtos de marca inacessíveis para grande parte da população, aliada ao desejo de pertencimento e à busca por status, impulsiona a procura por produtos falsificados. A competitividade de mercados como o chinês e o tailandês, que oferecem

produtos similares a preços mais baixos, agrava ainda mais a situação, prejudicando a economia nacional (Giglio; Ryngelblum, 2009).

A decisão do ministro Fernando Haddad de aumentar os impostos sobre produtos importados, elevando o IPI em 20% e o ICMS em 17%, teve como objetivo proteger a indústria nacional. No entanto, essa medida resultou em um aumento significativo no custo de vida para o consumidor brasileiro. Com o poder de compra já comprometido, a população se viu diante de preços cada vez mais elevados, tanto para produtos importados quanto para os nacionais, que aproveitaram a oportunidade para aumentar seus lucros (O Globo, 2024). Essa situação demonstra como uma medida protecionista, ao invés de solucionar o problema, pode agravar a situação do consumidor (Giglio; Ryngelblum, 2009).

É fundamental ressaltar que a pirataria vai além da simples venda de produtos falsificados. Ela representa uma grave ameaça à sociedade, pois financia o crime organizado, fortalecendo cada vez mais as organizações criminosas e aumentando seu poder bélico, a ponto de rivalizar com as forças policiais. Apesar das medidas de combate, esse problema persiste e exige ações mais eficazes (Bezerra, 2012).

2.2.3 Formas de combate à pirataria

No Brasil a pirataria fere os direitos de licença e de *Copyright* e por conta disso existe a lei nº 10.695, de 2003 do código de processo penal, que visa combater a pirataria, impedido assim que ela prejudique ainda mais o mercado brasileiro, na atual lei anti-pirataria em vigência no Brasil, o crime possui penas de reclusão.

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa e no seu § 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Mostrando assim o perigo que ela representa para a economia de um país, segundo o site G1 no ano de 2022 a pirataria gerou um prejuízo para o cofres públicos de R\$ 345 bilhões, devido à falta de arrecadação dos impostos sobre os produtos (lei nº 10.695, 2003).

A Lei nº 9.610/98 foi instituída para proteger essas obras, impedindo a reprodução não autorizada e garantindo o direito exclusivo de exploração econômica aos seus titulares. Essa proteção se estende a autores estrangeiros com obras registradas no Brasil, e os efeitos da lei encontram-se previstos no artigo 5º da Constituição Federal.

A lei nº 14.815, de 2024, altera a Medida Provisória nº 2.228-1/2001 e a Lei nº 12.485/2011, que tem no texto do seu art. 3º que a Ancine tem como função determinar a suspensão e a cessação da circulação não autorizada de obras tanto brasileiras como estrangeiras, com isso dificultando a circulação de produtos piratas no país, cabendo a agência um controle maior sobre todo tipo de mercadoria, que vai acabar sendo comercializada nas ruas do país (lei nº 14.815, 2024).

A Ancine tem um papel importantíssimo no combate ao crime de pirataria no Brasil, tendo em vista que o sua função foi ampliado pela lei nº 14.815, de 2024, que agora regula o papel de fiscalização por parte da agência no combate a esse crime, e não apenas para as produções nacionais, que por muito tempo foram prejudicadas por esse ato, onde os filmes eram lançados antes nas "barraquinhas" e depois nos cinemas, como foi o caso do filme brasileiro *tropa de elite* de 2008, que por esse motivo acabou tendo uma bilheteria abaixo do esperado, a agência também deve fiscalizar obras estrangeiras (lei nº14.815, 2024).

A pirataria não atinge somente a indústria de entretenimento, atinge também a de *softwares*, com a livre comercialização de programas de computador, como meio de exemplificação o pacote office da empresa *Microsoft*, por conta disso foi criado a lei do Software (Lei nº 9.609/98) que tipificou o crime de pirataria para os programas de computador, mesmo que atualmente a venda desse *softwares* não seja, tão comum assim, porém a reprodução de programas de computador visando o lucro sem a devida autorização do autor, pode acabar acarretando em um pena de reclusão de no mínimo um ano e no máximo quatro anos de reclusão ou um multa, como esta exposto no art.12, § 1,da lei nº 9.609/98 (lei nº9.609, 1998).

Além de medidas legislativas, a policia brasileira também desempenha um papel importantíssimo no combate a tal crime, já que esses vendedores sempre deram um jeito de comercializar os seus produtos paralelo, não respeitando as leis que foram criadas visando combater a propagação desses produtos, ai é onde a policia começa a agir, com as "*batidas*" surpresas em locais onde possui uma grande concentração de produtos paralelos, no ano de 2023 em que um operação policial apreendeu 194 mil produtos falsificados, no interior do Estado de São Paulo, o mandato realizado pela 1º delegacia DIG de anti-pirataria (G1, 2023).

No ano de 2015 um dos maiores sites de pirataria do Brasil alvo de uma operação da policia federal na cidade de Sorocaba SP, onde o site contava com mais de 150 mil arquivos de todos os tipos de produções audio visuais e possuia mais de 60 milhões de acessos por mês, os responsáveis pelo site foram detidos e tiveram todos os seus bens apreendidos, esse

tipo de operação ajuda a acabar com cada vez mais com esse tipo de atividades que na maioria das vezes esta relacionadas com organizações criminosas (G1,2015).

A pirataria tem sido combatida por meio de diversas estratégias, como a fiscalização de produtos importados e a realização de operações em locais de venda ilegal. A Lei 10.695/2003, que estabelece punições mais severas para quem infringe direitos autorais, representa um marco importante nesse combate. Apesar dos avanços, a persistência da pirataria, especialmente em locais como camelódromos, demonstra a necessidade de uma atuação mais efetiva por parte das autoridades e de uma maior conscientização da população sobre os danos causados por essa prática (Bezerra, 2012).

2.2.4 Os impactos causados pela pirataria

O comércio cresceu significativamente nos últimos anos, com um aumento de 17% nas vendas em 2022. No entanto, essa expansão está sendo acompanhada por um aumento da pirataria, que prejudica a arrecadação de impostos e gera prejuízos para empresas e governo. Estima-se que, em 2022, o Brasil tenha perdido R\$ 345 milhões em receitas devido à venda de produtos falsificados (Galvão, 2023).

Os efeitos da pirataria vão além do prejuízo financeiro para empresas. Ao comercializar produtos falsificados, os infratores deixam de pagar impostos, o que prejudica a arrecadação pública e compromete a oferta de serviços essenciais como saúde, educação e segurança. Essa prática, além de ser ilegal, gera um ciclo vicioso desde investimentos que afeta diretamente a qualidade de vida da população (Delgado, 2023).

A proliferação de produtos falsificados no mercado brasileiro tem um impacto direto na qualidade de vida da população. Setores como saúde e educação, que dependem de recursos públicos, são os mais afetados pela evasão fiscal causada pela pirataria. A perda de bilhões de reais em arrecadação impede a ampliação de hospitais, escolas e a contratação de profissionais qualificados. Os impostos arrecadados com a venda de produtos legítimos são fundamentais para financiar políticas públicas e garantir o bem-estar social (Delgado, 2023).

Conforme Edson Vismona, presidente do FNCP, documentou em 'Caminhos Proibidos', a alta carga tributária sobre produtos legítimos incentiva a procura por produtos piratas, que não são tributados. A população, buscando economizar, opta por produtos ilegais, gerando prejuízos aos cofres públicos. Vismona argumenta que a redução de impostos poderia estimular a compra de produtos legalizados, aumentando a arrecadação e combatendo a pirataria (Galvão, 2023).

A educação é fundamental para o desenvolvimento de um país, mas o Brasil ocupa uma posição preocupante no ranking mundial. A falta de investimentos, agravada pela evasão fiscal causada pela pirataria, compromete a qualidade do ensino público. Essa situação afeta diretamente os estudantes, que veem suas oportunidades limitadas por uma educação precária. A pirataria, por sua vez, é alimentada pela desigualdade social, criando um ciclo vicioso que impede a mobilidade social através da educação (Delgado, 2023).

O Brasil tem implementado diversas estratégias para combater a pirataria, um problema que afeta diversos setores da economia e a sociedade como um todo. A legislação brasileira, com destaque para a Lei nº 10.695/2003, que estabelece crimes contra a propriedade intelectual, constitui um dos pilares desse combate. Essa lei define penas para quem produz, comercializa ou utiliza produtos falsificados, proporcionando um arcabouço legal para a repressão à pirataria (BRASIL, 2003).

Além da legislação, a fiscalização é outro ponto crucial nas estratégias brasileiras. Órgãos como a Polícia Federal, Receita Federal e Ministério da Justiça realizam operações conjuntas para apreender produtos falsificados e punir os infratores. A fiscalização é intensificada em fronteiras e portos, buscando impedir a entrada de produtos piratas no país.

A conscientização da população também é uma ferramenta importante no combate à pirataria. O governo e as associações de classe promovem campanhas publicitárias e programas educativos para informar a população sobre os prejuízos da pirataria e a importância de consumir produtos originais. Escolas e universidades são incentivadas a incluir temas relacionados à propriedade intelectual em seus currículos, visando formar cidadãos mais conscientes (PEDUTI ADVOGADOS, 2023).

A cooperação internacional é outro aspecto relevante no combate à pirataria. O Brasil participa de acordos internacionais que visam combater a pirataria em escala global, como os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC). A troca de informações entre os órgãos de segurança de diferentes países facilita a identificação e a prisão de infratores (GOV.BR, 2024).

Apesar dos esforços, a pirataria continua sendo um desafio. A evolução tecnológica e a crescente complexidade das redes de pirataria dificultam o combate a esse crime. Além disso, a crise econômica e a diminuição do poder aquisitivo da população podem incentivar o consumo de produtos falsificados, atraídos por preços mais baixos.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental fortalecer a legislação, investir em tecnologia, promover a cooperação internacional e, principalmente, conscientizar a sociedade

sobre os prejuízos da pirataria. A educação é uma ferramenta poderosa para mudar a cultura do consumo e incentivar a compra de produtos originais (GOV.BR, 2024).

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o contexto citado anteriormente e todos os aspectos que envolvem a pirataria, a minissérie “The playlist”, foi considerada para análise e discussão dos aspectos mencionados.

2.1 Caracterização do Campo de Pesquisa

A Playlist é uma minissérie que narra a jornada de Daniel Ek e Martin Lorentzon, dois jovens empreendedores suecos que revolucionaram a indústria musical ao criar o Spotify. A série adentra os bastidores da criação da plataforma de streaming, mostrando os desafios, as negociações com as grandes gravadoras e a batalha contra a pirataria que moldaram o futuro da música.

A minissérie retrata o momento em que a indústria musical tradicional enfrentava a ameaça da pirataria, com o compartilhamento de músicas online se tornando cada vez mais comum. Os protagonistas enxergaram uma oportunidade nesse cenário e desenvolveram um modelo de negócio inovador, oferecendo música gratuita e legal para os usuários.

Quadro 1: Personagens da Análise Fílmica e sua correlação com a Pirataria

Autor/Personagem	Papel na Série	Correlação com a Pirataria
Daniel Ek	Co-fundador do Spotify	Figura central na luta contra a pirataria. Sua visão de oferecer música legal e conveniente aos usuários foi fundamental para combater o compartilhamento ilegal de arquivos.
Martin Lorentzon	Co-fundador do Spotify	Ao lado de Daniel Ek, foi um dos principais arquitetos do modelo de negócio do Spotify, que visava oferecer uma alternativa legal e lucrativa à pirataria.
Grandes Gravadoras	Antagonistas iniciais	As grandes gravadoras, inicialmente resistentes ao modelo de streaming, representam a indústria musical tradicional que buscava proteger seus lucros diante da ameaça da pirataria.
Piratas digitais	Personagens secundários	Embora não estejam presentes fisicamente na série, os piratas digitais são mencionados como uma força motriz por trás da criação do Spotify. A pirataria é retratada como um problema que a plataforma buscava solucionar ao oferecer uma alternativa legal e conveniente.
Usuários de música	Protagonistas indiretos	Os usuários de música são os grandes beneficiados pela criação do Spotify, que lhes permite acessar um vasto catálogo musical de forma legal e conveniente. A série destaca como a pirataria prejudicava os artistas e a indústria musical, e como o Spotify ofereceu uma solução para esse problema.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

2.2 Abordagem da pirataria na análise fílmica

A pirataria, um dos temas centrais do filme, é introduzida de forma gradual e estratégica para construir a narrativa e contextualizar os desafios enfrentados pela indústria fonográfica na época.

A série remonta à virada do século XX, um período marcado pela ascensão da internet e pela disseminação desenfreada da pirataria musical. Plataformas como o Napster revolucionaram o acesso à música, oferecendo um catálogo vasto e gratuito aos usuários. No entanto, essa facilidade veio acompanhada de um grande dilema: a pirataria causava um prejuízo financeiro significativo para as grandes gravadoras, que detinham os direitos autorais das músicas.

É nesse contexto que surge Daniel Ek, o protagonista da série e fundador do Spotify. Ek percebe uma oportunidade única: a pirataria, por um lado, demonstrava a demanda por uma forma mais conveniente e acessível de consumir música, mas, por outro, representava uma ameaça à indústria musical tradicional. Com essa visão, ele propõe a criação de um serviço de streaming legal e gratuito, que pudesse competir com a pirataria e, ao mesmo tempo, oferecer uma experiência positiva para os usuários.

A série "The Playlist" não se limita a apresentar a pirataria como um problema a ser combatido. Ela também explora as diferentes perspectivas sobre o tema. De um lado, tem-se os artistas e as gravadoras, que defendem a necessidade de proteger os direitos autorais e garantir uma remuneração justa pelo seu trabalho. Do outro lado, estão os consumidores, que buscam uma forma mais flexível e econômica de acessar a música. Essa dualidade de perspectivas enriquece a narrativa e torna a discussão sobre pirataria ainda mais relevante.

Quadro 2: Desafios enfrentados

Desafio	Descrição Detalhada	Impacto na Indústria
Negociações Complexas e Modelo de Remuneração	Definição de um modelo de pagamento justo para todas as partes envolvidas (artistas, gravadoras, plataformas) e a divisão dos royalties.	Necessidade de encontrar um equilíbrio entre os interesses de cada parte, garantindo a sustentabilidade do modelo de negócio.
Catálogo Musical Abrangente e Licenciamento	Obtenção de licenças para um vasto catálogo musical, envolvendo negociações com milhares de artistas e gravadoras.	Impacto na variedade de músicas disponíveis nas plataformas de streaming e na satisfação do usuário.
Tecnologia e Escalabilidade	Desenvolvimento de uma plataforma estável e escalável capaz de lidar com milhões de usuários simultaneamente e garantir qualidade de áudio.	Necessidade de investimentos contínuos em tecnologia para acompanhar a evolução do mercado e as demandas dos usuários.
Direitos Autorais e Questões Legais	Complexidade das leis de direitos autorais em diferentes países e a necessidade de garantir	Impacto na legalidade do negócio e na proteção dos direitos dos artistas.

	que todos os direitos sejam devidamente licenciados.	
Mudança de Comportamento do Consumidor	Convencer os consumidores a mudar seus hábitos de consumo e pagar por música, em vez de recorrer à pirataria.	Impacto na receita da indústria musical e na percepção de valor da música.
Relações de Poder na Indústria Musical	Tensão entre as grandes gravadoras e os artistas independentes, e a busca por um equilíbrio de poder entre as diferentes partes envolvidas.	Impacto na distribuição de receitas e na autonomia dos artistas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A introdução da pirataria em "The Playlist" é fundamental para compreender a motivação por trás da criação do Spotify. Ao contextualizar o problema, apresentar diferentes pontos de vista e mostrar a solução proposta por Daniel Ek, a série nos convida a refletir sobre os impactos da pirataria na indústria musical e sobre o futuro do consumo de música.

2.3 Pontos “altos” da minissérie

Um dos pontos altos da série é a representação das negociações tensas entre os fundadores do Spotify e as grandes gravadoras. A resistência inicial das gravadoras, que viam o streaming como uma ameaça aos seus lucros, e a necessidade de encontrar um modelo de negócio que beneficiasse todas as partes são temas centrais da narrativa.

Na análise se percebe como a prática de compartilhar arquivos de música ilegalmente impulsionou a necessidade de uma plataforma legal e conveniente para os consumidores. A série explora o impacto da pirataria na indústria musical e como o Spotify se posicionou como uma alternativa viável.

Quadro 3: Consequências Legais

Evento	Consequência Legal	Impacto na Narrativa
Fechamento do Pirate Bay	Fechamento do site pela polícia sueca	Demonstra o poder das autoridades em reprimir atividades ilegais online e o impacto direto na comunidade de usuários de torrents_Episódio 1
Processos judiciais contra o Spotify	Ações legais por violação de direitos autorais	Evidencia os riscos legais que plataformas de streaming enfrentam ao lidar com um grande catálogo de músicas e a importância das negociações de licenciamento_Episódio 4
Multas por download ilegal	Penalidades financeiras para usuários individuais	Mostra as consequências diretas para os consumidores que infringem a lei de direitos autorais_Episódio 2

Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

A principal questão legal era a proteção dos direitos autorais das músicas. A pirataria musical era um problema crescente, e as gravadoras lutavam para proteger seus catálogos e garantir uma remuneração justa aos artistas. A negociação de licenças para uso de músicas em plataformas de streaming era um processo complexo e envolvia diversas partes interessadas,

como gravadoras, artistas e compositores. A criação de um novo modelo de negócio para a indústria da música, como o streaming, exigia a adaptação de leis e regulamentações existentes.

Quadro 4: Mensagens anti-pirataria observadas em “The Playlist”

Mensagem	Explicação Detalhada	Impacto no Público
Proteção de direitos autorais	A série enfatiza que cada obra criada, seja uma música, um filme ou um livro, é fruto do trabalho e da criatividade de um indivíduo ou equipe. Ao piratear, estamos negando o valor desse trabalho e a remuneração justa aos criadores.	Incentiva o público a valorizar o trabalho dos artistas e a compreender a importância de pagar por conteúdo original.
Inovação e legalidade	O Spotify é apresentado como um exemplo de plataforma que permite o acesso a um vasto catálogo de músicas de forma legal e conveniente. Ao utilizar serviços como o Spotify, o público contribui para um ecossistema musical mais justo e sustentável, incentivando a produção de novas músicas e a inovação no setor.	Demonstra que o consumo legal de música não apenas beneficia os artistas, mas também oferece uma experiência mais completa e segura ao usuário.
Ética nos negócios	A série destaca a importância de agir de forma ética no mundo dos negócios, respeitando os direitos de propriedade intelectual. A pirataria é vista como uma prática antiética que prejudica tanto os criadores quanto a indústria da música como um todo.	Promove a conscientização sobre a importância da ética nos negócios e incentiva o público a fazer escolhas de consumo responsáveis.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A minissérie acompanha a jornada de Daniel Ek e Martin Lorentzon desde a criação do Spotify até o seu sucesso global. A série mostra os desafios enfrentados pelos empreendedores, as decisões estratégicas que moldaram a plataforma e o impacto cultural que o Spotify teve na forma como consumimos música.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os aspectos teóricos analisados, percebe-se que a pirataria, além de proporcionar acesso a produtos a um público com menor poder aquisitivo, gera consequências sociais e econômicas significativas. A falta de recolhimento de impostos sobre esses produtos impacta diretamente a arrecadação governamental, prejudicando a oferta de serviços públicos como saúde, educação e segurança, o que, por sua vez, afeta a qualidade de vida da população.

Apesar da aprovação de diversas leis antipirataria nos últimos cinco anos e das operações conjuntas da Polícia Federal e Receita Federal, o mercado de produtos falsificados continua a crescer no Brasil. O aumento dos impostos sobre produtos importados em 2023, com o objetivo de combater a pirataria, ainda não mostrou resultados significativos, e alguns especialistas argumentam que essa medida pode ter incentivado a produção local de produtos falsificados.

No tocante à análise fônica, observa-se que observa-se que a série "The Playlist" proporciona uma visão aprofundada dos desafios que a indústria musical enfrentou durante a ascensão do Spotify. Um dos desafios intrinsecamente ligado a todos os outros, é a necessidade de combater a pirataria. A pirataria musical sempre foi uma ameaça para a indústria, mas com a popularização da internet, esse problema se intensificou. A facilidade de compartilhar arquivos digitais e a proliferação de sites de download ilegal tornaram a pirataria um desafio ainda maior. Ao oferecer um serviço legal, com um catálogo vasto e uma experiência de usuário superior, essas plataformas conseguiram atrair os usuários que antes recorriam à pirataria, contribuindo para a transformação da indústria musical.

Apesar dos esforços para combater essa prática, diversas lacunas e desafios persistem nas leis antipirataria, tanto no Brasil quanto em outros países, visto que a tecnologia avança rapidamente, criando novas formas de pirataria que as leis existentes não conseguem acompanhar. A pirataria digital, por exemplo, é cada vez mais sofisticada e difícil de combater, considerando-se que o conceito de pirataria é amplo e abrange diversas práticas, o que dificulta a criação de leis precisas e eficazes. Além disso, a linha entre o uso legítimo e a violação de direitos autorais pode ser tênue em alguns casos e a pirataria muitas vezes ocorre em escala internacional, o que dificulta a aplicação das leis nacionais. A falta de cooperação entre países e a existência de paraísos fiscais podem ainda dificultar o combate à mesma.

A pirataria online é também um desafio particular, pois envolve a remoção de conteúdo de diversos sites e plataformas, muitas vezes localizados em diferentes países e as sanções previstas em lei para os infratores de direitos autorais podem ser consideradas insuficientes em alguns casos, o que desestimula o combate à pirataria.

Se faz importante, ao se considerar os aspectos mencionados, quantificar os prejuízos causados pela pirataria em diferentes setores da economia, como indústria, comércio e serviços, bem como analisar o impacto da pirataria na geração de empregos, tanto no setor formal quanto no informal. Um outro aspecto importante é avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas para combater a pirataria, como operações de combate, campanhas de conscientização e ações de inteligência e até considerar avaliar a importância das parcerias entre o setor público e o setor privado no combate à pirataria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.695, de 13 de julho de 2003. Dispõe sobre os crimes de violação dos direitos autorais e conexos, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2003. Seção 1.

DEPIZZOLATTI, Bruno. **A pirataria contemporânea**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socio-Econômico, Departamento de Ciências Econômicas, Florianópolis, [2009]

GRISI, Celso Cláudio de Hildebrand, **Alto consumo de pirataria é favorecido pela desigualdade econômica no País**. 2022 Disponível: <https://jornal.usp.br/atualidades/desigualdade-economica-e-um-dos-fatores-responsaveis-pelo-alto-consumo-de-pirataria-no-pais/> Acesso: 06 maio 2024

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa: métodos e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2003.

GOV.BR. Combate à Pirataria. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/combate-a-pirataria>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GOV.BR. Receita Federal divulga Sistema de Combate à Pirataria (SCP). Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/receita-federal-disponibiliza-o-sistema-de-combate-a-pirataria-scp>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Martins, Rose Marie Pimentel. **Série Aperfeiçoamento de Magistrados 3, Seminário Desafios Atuais no Combate a Infrações de Propriedade Industrial**. 2011 Disponível: https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/3/Combate_a_Pirataria_e_Agressao_259.pdf Acesso: 06 maio 2024

Moreno, Francisco Gabriel Monte, Anchieta, Vanderlio Burlamaqui, Lisbonio, Jhon Kennedy Teixeira. **Pirataria dos Streamings no Brasil, Ciências Sociais, volume 27**. 2023 Disponível: <https://revistaft.com.br/pirataria-dos-streamings-no-brasil/>. Acesso: 06 maio 2024

PEDUTI ADVOGADOS. Medidas de combate à pirataria. Disponível em: <https://blog.peduti.com.br/medidas-combate-a-pirataria/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PENAFRIA, M. Análise de filmes - conceitos e metodologia(s). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE COMUNICAÇÃO (SOPCOM), 6., 2009, Lisboa. **Anais...** Lisboa: SOPCOM, 2009.

The Playlist. Direção Per-Olav Sørensen, Hallgrim Haug, Roterista Christian Spurrier, Distribuição Netflix, 2022.

O Globo, Taxa das blusinhas: saiba o que é, quando começa e qual o valor da taxa, 2024